



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V
CENTRO
DEPARTAMENTO
CURSO DE / PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EAD EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

ANILSON BATISTA DE ARAÚJO

**POLÍTICAS PÚBLICAS E O EMPRESARIAMENTO URBANO: PARA QUEM SÃO
PENSADAS AS CIDADES?**

**CAMPINA GRANDE/PB
2020**

ANILSON BATISTA DE ARAÚJO

**POLÍTICAS PÚBLICAS E O EMPRESARIAMENTO URBANO: PARA QUEM SÃO
PENSADAS AS CIDADES?**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância -PROEAD da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduado em Gestão Pública Tecnólogo.

Orientador: Prof. Dr. José Félix de Brito Neto

**CAMPINA GRANDE/PB
2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A663p Araujo, Anilson Batista de.
Políticas públicas e o empresariamento urbano
[manuscrito] : para quem são pensadas as cidades? / Anilson
Batista de Araujo. - 2020.
22 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em
Gestão Pública - Tecnológico) - Universidade Estadual da
Paraíba, EAD - Campina Grande , 2020.
"Orientação : Prof. Dr. José Félix de Brito Neto ,
Coordenação do Curso de Agroecologia - CCAA."
1. Políticas públicas. 2. Modelo Administrativo. 3.
Empresários urbano. I. Título

21. ed. CDD 379

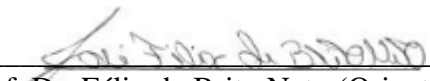
ANILSON BATISTA DE ARAÚJO

POLÍTICAS PÚBLICAS E O EMPRESARIAMENTO URBANO: PARA QUEM SÃO
PENSADAS AS CIDADES?

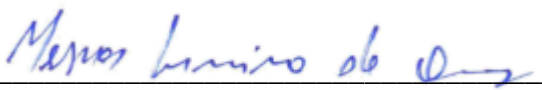
Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância -PROEAD da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduado em Gestão Pública Tecnólogo.

Aprovada em: 02 / 12 / 2020.


BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Félix de Brito Neto (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Messias Firmino de Queiroz
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Cláudio Silva Soares
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. REFERENCIAL TEÓRICO	8
2.1 Cidades e o empresariamento urbano.....	8
2.2 Políticas públicas e o planejamento urbano	12
2.3 Orçamento participativo e a lei orgânica dos municípios	13
3. METODOLOGIA	14
4. ANÁLISE E DISCURSÃO DOS DADOS.....	15
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
6. LIMITAÇÕES E SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS	20
REFERÊNCIAS.....	21

TÍTULO: POLÍTICAS PÚBLICAS E EMPRESARIAMENTO URBANO: PARA QUEM SÃO PENSADAS AS CIDADES?

PUBLIC POLICIES AND URBAN ENTREPRENEURSHIP: WHO ARE CITIES FOR?

Anilson Batista de Araújo
Félix de Brito Neto

RESUMO

Este trabalho teve o propósito de investigar como o empresariamento urbano influencia o planejamento das políticas públicas para o desenvolvimento das cidades. Como estratégia de pesquisa foi utilizado a metanálise, foram analisados 23 artigos científicos, com a temática de políticas públicas e empresariamento urbano. Os artigos foram pesquisados na plataforma do *Google acadêmico* por se tratar de uma plataforma de livre acesso. A pesquisa foi realizada entre janeiro e agosto de 2020. O estudo contemplou o estado da arte, dessa forma foram analisados os artigos de 2016 a 2020. Justificando a escolha do ano de 2020 foi por ser um ano que ocorreu a pandemia da Covid-19 e com isso, a população mundial foi afetada e novas formas de organização espacial foram impostas ao meio urbano, considerado assim, pertinente contemplar os estudos voltados para o empresariamento urbano e as políticas públicas no ano de 2020. Como instrumento de coleta de dados, foi desenvolvido um instrumento de levantamento padrão para aplicar em todos os trabalhos encontrados. Nesse instrumento foi registrando: O ano de publicação; palavras-chave; objetivo do trabalho; palavras usadas com maior frequência; características do empresariamento urbano; atuação das políticas públicas e transformações dos espaços urbanos. Como resultados constatou-se que o ano de 2019 obteve maior número de publicações envolvendo a temática de empresariamento urbano e políticas públicas, foi verificado que quase a metade das publicações 48% utilizam as palavras chaves empresariamento urbano e políticas públicas e constatou-se uma forte preocupação por parte dos autores em pesquisar sobre a formulação das políticas públicas sobre a discursão do direito à cidade e as mudanças da globalização no espaço urbano, nos levando ao entendimento que as implementações das políticas públicas, associados ao comportamento empresarial, trazem mudanças visíveis no espaço urbano.

Palavras-chave: Cidades, público-privado, modelo administrativo.

ABSTRACT

This work aimed to investigate how urban entrepreneurship influences the planning of public policies for the development of cities. As a research strategy, a meta-analysis was used, 23 scientific articles were selected, with the theme of public policies and urban entrepreneurship. The articles were searched on the Google academic platform because it is an open access platform. The research was carried out between January and August 2020. The study contemplated the state of the art, in this way the articles from 2016 to 2020 were analyzed. Justifying the choice of the year 2020 by considering the period determined for data collection and by being a year that provided several online events with publication opportunities due to the covid-19 pandemic, so it was considered pertinent to contemplate studies focused on urban entrepreneurship and public policies in 2020. As a data collection instrument, it was developed a standard survey instrument to apply to all jobs found. In this instrument, he registered: The year of publication; key words; purpose of the work; most frequently used words; characteristics of urban entrepreneurship; performance of public policies and transformations of urban spaces. As a result, it was found that the year 2019 had a higher number of publications involving the theme of urban entrepreneurship and public policies, it was found that almost half of the publications 48% use the keywords urban entrepreneurship and public policies and there was a strong concern on

the part of the authors to research on the formulation of public policies on the discourse of the right to the city and the changes of globalization in the urban space, leading us to the understanding that public policy implementations, associated with business behavior, bring visible changes in space urban.

Keywords: Cities, public-private, administrative model.

1. INTRODUÇÃO

As cidades ao longo das últimas décadas tornam-se protagonistas do meio político, cultural e social. Com efeito, áreas de patrimônio históricos e culturais são recuperadas, novos empregos são gerados, transformações urbanísticas são mais evidentes e a atração de investidores é intensificada (CASTELLS; BORJA, 1996). Assim, leva-nos a concluir que as cidades por si só não possuem vida própria, sendo necessário o trabalho humano e as relações sociais para torná-las vivas (CARLOS, 2011). Os espaços urbanos encontram-se em constante processo dialético de criação e destruição dos aspectos simbólicos e das relações urbanas. O modo de ocupação dos espaços urbanos pode ser compreendido como uma necessidade da própria natureza do ser humano em consumir, habitar, produzir e viver, diferenciando-se de acordo, com o crescimento das forças produtivas, que os modificam constantemente (HENRIQUES, 2003).

Atualmente, as políticas públicas deixam de ser uma política de responsabilidade exclusiva do Estado, aderindo a um modelo político que tem como principais atores os agentes sociais. Tal mudança, justifica-se pela insuficiência do poder público ao controlar a expansão urbana. Assim, são formadas parcerias entre o setor público e o privado, que refletem mudanças na forma de ocupação do solo e na organização do espaço urbano (SÁNCHEZ, 2010; LIMA, 2016). Surge então o empresariamento urbano, um modelo administrativo utilizado pelos poderes públicos locais, de várias cidades do mundo, desde a década de 1980, e tem por finalidade tornar as cidades mais atrativas para o desenvolver da economia capitalista, ao atrair investidores e produzindo capital financeiro. Esse modelo de gerenciamento coopera para a aceleração na forma administrativa de governança das cidades, e são norteados pelos fundamentos empreendedores no intuito de tornar as cidades mais prósperas (CORRÊA, 2012).

No processo de implementação das políticas públicas, as cidades por muitas vezes são vistas como mercadorias por grande parte dos sujeitos que compõem as mesmas, aquela população menos favorecida, mas que estabelecem relações com o meio, são por muitas vezes desconsideradas por essas políticas (LIMA, 2016). Portanto, as atividades urbanas estão relacionadas as práticas do empresariamento urbano, essas ações empreendedoras buscam transformar as cidades deixando-as mais atrativas para futuros investidores de alto potencial econômico (CRUZ, 2015). A reinvenção das cidades é abordada por Sánchez (2010), em sua

literatura como um processo capitalista de reestruturação do urbano, que por sua vez, é assimilada e vivenciada de forma distinta pelos indivíduos que compõem as cidades.

As políticas públicas são programas e ações executadas pelo Estado e afim de oferecer equipamentos e serviços de lazer, moradia, atrativos turísticos, etc., aos moradores e visitantes das cidades (MOURA, 2016). Nesse contexto, de acordo com Oliveira (2006), podemos compreender que nas políticas públicas o planejamento urbano é um processo decisório construído politicamente e socialmente composto pelos atores que possuem maior interesse nas decisões relacionadas as cidades.

As políticas públicas referem-se à somatória das atividades dos governos que por sua vez, podem agir diretamente ou com outros agentes, influenciando a vida dos cidadãos (MOURA, 2016). De forma mais sucinta, as políticas públicas referem-se, o que o governo faz ou deixa de fazer. Dessa forma, as cidades vêm sofrendo nos últimos anos mudanças em sua forma de ocupação do solo, que refletem na distribuição de renda e na forma de utilização dos espaços urbanos. O empresariamento urbano vem tornando-se o novo comportamento empresarial das administrações urbanas (HARVEY, 1996), assim, transformando as cidades em mercadorias, transformam os espaços urbanos com a finalidade de obter a atenção dos investidores de alto potencial econômico, fazendo com que os moradores de baixo poder aquisitivo deixem seus locais de origem por não mais conseguirem se manter, devido aos elevados custos das moradias valorizado pelas práticas empresariais, passam assim, a migrar para outros bairros (KÖRÖSSY, 2017).

Dessa forma, as parcerias entre o poder público e o setor privado, transformam e modificam a forma de utilização das cidades constantemente. Diante do exposto, a pergunta que orienta o trabalho é: **de que forma o empresariamento urbano influenciam o planejamento das políticas públicas para o desenvolvimento das cidades?**

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Cidades e o empresariamento urbano

Ao longo das últimas décadas as cidades vêm se tornando protagonistas do meio político, cultural e social. Com efeito, empreendimentos são construídos e reformados, novos empregos são gerados e a atração de investidores é intensificada (CASTELLS & BORJA, 1996). Os espaços urbanos encontram-se em constante processo dialético que permeia pela criação e destruição dos seus aspectos simbólicos e das relações urbanas (CARLOS, 2011).

As cidades são produtos das relações sociais, sendo assim, suas dinâmicas não podem ser separadas das ações históricas e materiais dos seres humanos. Partindo dessa afirmativa, as formas e características da cidade empresa, devem partir em suas discursões, do entendimento de que por trás dessas cidades, existem agentes que atuam em sua produção, e sem os mesmos, as cidades não passaria de um objeto inerte. Nessa lógica, as cidades não atuam como empresas, mas sim, os agentes que delas fazem parte, representadas pelas elites locais, entidades econômicas e privadas, acadêmicas, governo local, entre outras que constituem as dinâmicas das cidades e possuem objetivos e práticas diversas de atuação (CARLOS, 2011; ALLIS, 2010; CORRÊA, 2012).

As cidades podem ser entendidas como elementos vivos, resultado da ação humana, sua compreensão perpassa as formas de vivência e permeiam pelas formas de pensar e sentir. A medida em que a humanidade interage com os espaços urbanos, modos de vida são formados. Tais modos de vida geram impactos que são perceptíveis a formação das cidades, do trabalho e do social. Essas transformações são decorrentes de interesses coletivos e individuais de parte da sociedade que apresentam grande poder aquisitivo (HARVEY 1996; CARLOS, 2011).

Por volta da década de 70, as cidades enfrentaram inúmeras transformações tanto sociais, como econômicas e políticas, como consequência, novas formas de planejamento urbano foram discutidas e implementadas como alternativas para escapar da crise (CARLOS, 2011). Assim, as cidades passam a assumir um comportamento que as definem como centros de troca, política e produção, refletindo os interesses da sociedade que nela habita (CORRÊA, 2012).

A percepção de cidade empreendedora ou cidade-empresa, pode ser compreendida de acordo com Vainer (2000) ao coloca-las como sujeitos que competem com vários outros sujeitos (cidades), a fim conseguirem visibilidade ao nível global. Dessa maneira, o papel que as cidades assumem podem ser comparados ao mundo corporativo, entre as empresas privadas e suas estratégias mercadológicas para atrair cada vez mais visibilidade de potenciais investidores, surgindo assim a lógica das cidades empreendedoras (VAINER, 2000).

O empresariamento urbano é um modelo de gestão onde o seu principal motivador são os agentes públicos que compõem as cidades, isso ocorre devido a questões burocráticas que causam lentidão por parte do setor público ao desenvolver medidas que promovam as cidades, dessa forma, o setor público busca através de uma postura empresarial se inserir na economia global, atraindo novas formas de acumulação do capital financeiro (CARLOS, 2011; KÖRÖSSY, 2017).

Transformando as cidades em mercadorias, o empresariamento urbano tente a se fixar em lugares considerados nodais, esses lugares desvalorizados são propícios ao

empresariamento

por possuírem preços baixos por metro quadrado. São construídos nesses espaços empreendimentos de alto padrão como shoppings centers, condomínios fechados, que por sua vez, transformam a imagem dos espaços urbanos e geram conflitos com os moradores locais que não conseguem se manter financeiramente na localidade (SÁNCHEZ, 2010; KÖRÖSSY, 2017).

O papel das cidades no atual momento da urbanização, são de verdadeiros laboratórios institucionais para os experimentos das políticas neoliberais e a gestão urbana das cidades podem ser compreendidas pelas práticas do empresariado, assumindo além do papel de laboratórios, as cidades tornam-se palcos para os espetáculos do empresariamento urbano (SÁNCHEZ, 2010). Como forma de legitimar as ações do empresariamento urbano, discursos que carregam o sucesso do modelo, são sustentados, maquiando as verdades do que há por trás dessas práticas empreendedoras e reforçando para a população, que a melhor forma de sair da crise e conseguir prosperar só pode ser alcançada através da implementação de grandes projetos (ARRAÚJO, 2016).

Por muitas vezes o que se vê nas cidades são construções que passam o sentido de valorização, mas que vão de contrapartida aos sentimentos dos moradores locais, gerando conflitos de interesses entre o público-privado e a população local, gerando uma contradição entre o que se é proposto e o que se é realizado (VAINER, 2000).

De acordo com Araújo (2016) algumas estratégias podem ser implementadas nas cidades que modificam as formas de governança administrativa e planejamento urbano, são elas: as explorações de vantagens para bens e serviços, essa estratégia faz referência aos recursos que as cidades possuem para oferecer e muitas dessas vantagens são criadas pelos poderes públicos e privados ou a parceria entre ambos. Uma outra estratégia é a caracterização das cidades em lugares inovadores, criativos e de consumo, esta estratégia evidencia os comércios, os pontos turísticos e históricos das cidades, tornando os espaços urbanos verdadeiros cartões de visitas para os turistas e futuros investidores. A terceira estratégia permeia em transformar as cidades em uma localidade de controle e funções de operações financeiras, o principal objetivo desta estratégia é fazer com que a cidade tenha destaque com relação a outras cidades, tornando-se anfitrião. A quarta estratégia é assegurar a sobrevivência das cidades através da captura e manutenção dos repasses do governo central, esta estratégia refere-se a atuação das políticas públicas, ao qual as mesmas devem realizar ações de melhoramento nos locais habitais pelas populações.

O papel dos agentes administradores públicos nas cidades é de facilitadores dos investimentos do setor privado, uma vez que, a real intensão desses agentes é obter maior

competitividade internacional, dessa forma, eles reforçam os atrativos das cidades, com melhoramentos do meio cultural, físico e lúdico. Uma promoção constante da imagem das cidades que obtém em seu meio urbano espaços altamente privilegiados e espaços esquecidos (OTERO, 2017).

2.2 Políticas públicas e o planejamento urbano

As políticas públicas são consideradas uma temática ainda recente no meio acadêmico com interesse interdisciplinar. Sua definição pode ser compreendida por diferentes perspectivas, dependendo da área do conhecimento que esteja estudando-a. Não raro, pode-se observar a falta de consenso nos discursos entre economistas, juristas e administradores sobre a temática (FONTES, 2017).

Também é observado uma definição de linguagem coloquial, objetivando-as em ações estatais onde estão presentes em campanhas eleitorais e em discursos políticos. Em outra perspectiva da definição do termo, as políticas públicas são colocadas em uma conotação política, direcionando-as a cargo da administração pública (MOURA, 2016; FONTES, 2017).

A partir da metade do século XX, produções acadêmicas europeias e norte-americanas, se debruçaram em estudos que objetivavam o papel do Estado nas cidades, ao observarem os impactos dos regulamentos institucionais administrativos em diferentes aspectos na sociedade. Assim, as políticas públicas estão diretamente associadas as questões políticas e governamentais (MOURA, 2016).

Em uma definição ampla, as políticas públicas são definidas como programas e ações executados pelo Estado e coordenadas de modo a fornecer equipamentos e serviços públicos de moradia, lazer, trabalho, atrativos turísticos, etc., aos moradores, visitantes e usuários das cidades. (MOURA, 2016). A ação humana transforma frequentemente a produção dos espaços urbanos e os principais agentes causadores dessas transformações são os setores imobiliários, o Estado e os grupos considerados de alto poder aquisitivo. Esses agentes são responsáveis por criar nas cidades diferentes espaços urbanos e por interferirem na divisão econômica e social (CORRÊA, 2012).

Rechia (2005) fala da necessidade em desenvolver as culturas urbanas, mas alerta que isso não significa maquiagem as cidades, a autora também traz a importância de uma voz ativa das comunidades locais aos tratados das cidades e das políticas públicas, eliminando assim as injustiças sociais. O que a autora traz é a importância da participação da comunidade para a concretização dos projetos urbanos, e uma reestruturação nas análises dos planejamentos

urbanos, passando a compreender as cidades como lugares privilegiados que desenvolvem a identidade local (RECHIA, 2005).

Atualmente, o planejamento das cidades encontra-se estruturados de acordo com a escola moderna reducionista que sustentam a ideia de estrutura e recorte das cidades, deixando assim, de compreendê-las em suas totalidades. Assim, o crescimento por expansão já não faz mais sentido ao novo crescimento por multiplicação, onde são formadas comunidades completas construídas em quarteirões independentes dentro de uma grande expansão de famílias de quarteirões urbanos, constituindo a formação de cidades dentro de uma cidade (RECHIA, 2005; CORRÊA, 2012).

2.3 Orçamento participativo e a lei orgânica dos municípios

Por orçamento participativo (OP) pode-se compreender uma nova relação entre a sociedade e o Estado, além de ser um sistema decisório, uma forma de democracia e um mecanismo de participação, onde o cidadão pode intervir nas prioridades e na locação orçamentária do governo (SOUZA & SILVA, 2017). Uma das características do OP é a cogestão, onde acontece de forma compartilhada a distribuição dos recursos a serem investidos. Embora tenham controversas sobre a capacidade do OP em gerar mudanças sociais e reduzir a desigualdade (LUCHMANN, 2014), pode ser visto alguns exemplos de referência de justiça social e inclusão política, como é o caso da cidade de Porto Alegre, que se tornou uma referência mundial em relação ao OP.

Novos elementos de governação pública são incorporados no OP, tais elementos eram exclusivos da democracia representativa, fazendo com que aumentassem a participação das comunidades em um contexto de governança descentralizada (CAMPANHA, 2016). Essa aproximação dos cidadãos e da administração, proporcionou uma consciência cidadã, reforçando assim, as práticas de cidadania, indo de encontro a dois elementos essenciais ao processo tradicional de orçamentação, onde o primeiro objetiva o melhoramento da comunicação e informação entre cidadãos e a administração pública, deixando os cidadãos informados a respeito dos bens e serviços considerados prioritários. O segundo elemento essencial objetiva o fortalecimento dos mecanismos de responsabilidade dos políticos, controlando assim, as promessas feitas ao eleitorado (LUCHMANN, 2014).

O projeto de OP surgiu a partir de lutas históricas das classes trabalhadoras, das experiências governamentais e da resistência democrática. Desse modo, o OP se tornou uma proposta vista com frequência no cenário brasileiro. Dessa forma, o OP faz com que o poder público e as

pessoas não limitem a sua participação política apenas em dias de eleição. Assim, apresentando-se como mais um passo no aperfeiçoamento político (SOUZA & SILVA, 2017).

Uma das formas de regular a vida política nas cidades é através da lei orgânica do município, essa lei serve como principal instrumento para que o poder público seja pressionado para assumir obrigações de interesse local que favoreçam a população (BIONDO, 2008). Nesse contexto, a lei orgânica pode ser modificada em qualquer cidade e essa modificação é amparada pela Constituição Federal no artigo 29 que trata da garantia da participação popular no processo legislativo municipal (DE RESENDE, 2019).

Dessa forma, compreende-se por lei orgânica uma forma que regulamenta a autonomia de cada município e através dela é possível alterar leis que afetam diretamente a população. A LOM como é conhecida, é a maior lei de uma cidade, sendo caracterizada como uma Constituição do município (BIONDO, 2008). Na LOM é fixada as atribuições, competências e obrigações dos municípios, cabendo assim o município fixar as normas de interesse local. Desse modo, essa lei constitui uma espécie de contrato social, que é realizada entre os cidadãos dos municípios de modo a disciplinar os assuntos de interesse local.

3. METODOLOGIA

A pesquisa concentrou seus esforços no pressuposto epistemológico positivista de caráter quantitativo. Para a realização desta pesquisa, foi utilizada além de uma revisão bibliográfica, a metanálise caracterizado por ser uma técnica estatística utilizada para combinar resultados provenientes de vários estudos (RODRIGUES & ZIEGELMANN, 2010). Para a realização da metanálise vou necessário seguir os seguintes passos, primeiramente foi preciso identificar a problemática da pesquisa, após esse processo, como o segundo passo, foi realizado uma coleta da literatura em livros, artigos científicos, teses, dissertações, etc.

Em um terceiro momento, foi realizado a coleta de informações de cada estudo, de acordo com a codificação estabelecida Ano de publicação; palavras-chaves; objetivo do trabalho; palavras usadas com maior frequência; características do empresariamento urbano; atuação das políticas públicas e transformações dos espaços urbanos. Em um quarto momento, foi avaliado a qualidade dos estudos observando assim, o grau de correspondência entre os métodos e técnicas assim como as conclusões observadas em cada estudo.

Em um quinto momento, foi realizado a análise e síntese dos resultados dos estudos, determinando assim os métodos e técnicas utilizados para os resultados da pesquisa. O sexto momento, foi realizado a interpretação dos dados coletados, discutindo como os resultados que

foram observados se relacionam com a produção teórica sobre a temática. E em um sétimo momento, foi apresentado os resultados da pesquisa.

Foram analisados 23 artigos científicos, com a temática de políticas públicas e empresariamento urbano. Os artigos foram pesquisados na plataforma do *Google acadêmico* por se tratar de uma plataforma de livre acesso. A pesquisa foi realizada entre janeiro e agosto de 2020. O estudo contemplou o estado da arte, dessa forma foram analisados os artigos de 2016 a 2020. Justificando a escolha do ano de 2020 foi por ser um ano que ocorreu a pandemia da Covid-19 e com isso, a população mundial foi afetada e novas formas de organização espacial foram impostas ao meio urbano, considerado assim, pertinente contemplar os estudos voltados para o empresariamento urbano e as políticas públicas no ano de 2020. Como instrumento de coleta de dados, foi desenvolvido um instrumento de levantamento padrão para aplicar em todos os trabalhos encontrados. Nesse instrumento foi registrando: O ano de publicação; palavras-chave; objetivo do trabalho; palavras usadas com maior frequência; características do empresariamento urbano; atuação das políticas públicas e transformações dos espaços urbanos.

4. ANÁLISE E DISCURSÃO DOS DADOS

A seguir, serão apresentados os resultados obtidos através da aplicabilidade da metanálise. Com relação ao ano em que os artigos foram publicados, destacou-se os anos de 2019 com 26% da produção científica, sobre a temática proposta nesta pesquisa, 2016 e 2018 com 22% da produção acadêmica, e 2017 com 17% da produção acadêmica e 2020 com 13%. Tal resultado pode estar relacionado a mudança de governo no Brasil no ano de 2019, onde o país passou por várias mudanças na administração pública. Esse resultado como demonstra a tabela a seguir.

Tabela 1 - Ano de publicação dos artigos

Ano	Quantidade	Percentual
2016	5	22%
2017	4	17%
2018	5	22%
2019	6	26%
2020	3	13%
Total	23	100%

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

A tabela 2, mostra os resultados com relação as palavras-chaves mais utilizadas nos artigos analisados, com 26% da porcentagem, a palavra mais utilizada foi empresariamento urbano, a palavra política pública ficou com 22% do porcentual nos artigos analisados, as palavras, espaço público e cidades, obtiveram 17% das palavras-chaves encontradas nos artigos e 4% foi identificado com a palavra restauração urbana. Dessa forma, foi possível identificar ao somar o número do empresarimanelo urbano e políticas públicas que quase a metade dos artigos analisados utilizam esses dois termos. Esse resultado pode ser associado as mudanças que estão acontecendo com maior frequência na forma de administrar as cidades e na formação de parcerias público-privado.

Tabela 2 – Palavras-chaves mais frequentes no artigo

Palavra-chave	Quantidade	Porcentual
Espaço público	4	17%
Empresariamento urbano	6	26%
Políticas publicas	5	22%
Gestão urbana	3	13%
Cidades	4	17%
Restauração urbana	1	4%
Total	23	100%

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

A tabela 3, identifica os objetivos de pesquisa dos artigos analisados, obtendo a porcentagem de 26% o objetivo que envolve a formulação de política pública, à luz da discussão sobre o direito à cidade e o objetivo, as mudanças provocadas pela globalização no espaço urbano, foram os mais que se destacaram entre os artigos. Um outro objetivo de pesquisa que merece destaque são as políticas sociais e habitacionais brasileiras dos últimos anos e as características das formas de produção dos espaços urbanos, ambos com 13% da porcentagem nessa pesquisa e que traz uma reflexão a respeito de como estão sendo pensadas e formuladas as cidades, demonstrando possivelmente um grau de insatisfação e preocupação por parte dos pesquisadores.

Tabela 3 – Objetivo da pesquisa

Objetivo da pesquisa	Quantidade	Porcentual
Discutir as dinâmicas de concepção do espaço urbano contemporâneo	5	22%

Formulação de política pública, à luz da discussão sobre o direito à cidade	6	26%
Políticas sociais e habitacionais brasileiras dos últimos anos	3	13%
As mudanças provocadas pela globalização no espaço urbano	6	26%
Características das formas de produção de espaços urbanos	3	13%
Total	23	100%

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Quando analisado as atuações das políticas públicas na tabela 4 que os artigos traziam, com 30% se destacou a tomada de decisões, a maioria dos autores trazem em suas obras assuntos que envolvem a tomada de decisões das políticas públicas para a gestão das cidades. Com 26% a participação de todos os atores públicos e privados na elaboração das políticas públicas, com 17% foi abordado as medidas para garantir o interesse público e 13% contemplando a implementação das políticas públicas e organização de ideias e ações.

Tabela 4 – Políticas públicas e a sua atuação

Atuação das políticas públicas	Quantidade	Porcentual
Medidas para garantir o interesse público	4	17%
tomada de decisão	7	30%
Implementação das políticas públicas	3	13%
Participação de todos os atores públicos e privados na elaboração das políticas públicas	6	26%
Organização de ideias e ações	3	13%
Total	23	100%

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Ao ser analisado as transformações dos espaços públicos, de acordo com as ações do empresariamento urbano e das políticas públicas, o destaque ficou por conta do aumento do desemprego oriundo da lógica da reestruturação da produção com 30% do porcentual nas pesquisas analisadas. Em sequência com 26% parte da população excluída, os autores colocam essa transformação sendo uma problemática de muitas localidades. Com 22% os lugares verticalizados, 13% o aumento do metro quadrado e com 9% cidades para investidores, onde as cidades são formuladas pensando em públicos específicos e não para todas os cidadãos.

Tabela 5 – Espaços urbanos e suas transformações

Transformações dos espaços urbanos	Quantidade	Porcentual
Aumento do desemprego oriundo da lógica da reestruturação da produção	7	30%
Lugares verticalizados	5	22%
parte da população excluída	6	26%
aumento do valor do metro quadrado	3	13%
Cidades para investidores	2	9%
Total	23	100%

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

A tabela 6, traz as palavras que foram identificadas com maior frequência nos artigos analisados, o destaque maior ficou com políticas públicas com 26%, as palavras empresariamento urbano, espaço urbano e gestão pública foram identificadas com 22%, chegando em muitos momentos a serem consideradas como sinônimos nos artigos. E com 9% a gestão urbana. O que foi analisado é que em muitos artigos as palavras empresariamento urbano e políticas públicas, aparecem com outras denominações, mais com o mesmo significado, pode atribuir tal explicação para a gestão urbana com 9% do porcentual.

Tabela 6 – Palavras usadas com frequência

Palavras usadas com maior frequência	Quantidade	Porcentual
empresariamento urbano	5	22%
espaço urbano	5	22%
políticas públicas	6	26%
gestão pública	5	22%
gestão urbana	2	9%
Total	23	100%

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Quando analisado a abordagem de cada artigo ao trazer alguma especificidade das características do empresariamento urbano, foram identificados com 30% transformar a cidade em localidade de controle e funções de operações financeiras. (Governo, centralização e processamento), com 26% Caracterizar a cidade em um lugar inovador, criativo, de lazer, consumo e vivência, 22% ficou com as características, exploração de vantagens para produção de bens e serviços e assegurar a sobrevivência da cidade, através da captura e manutenção dos repasses do governo central.

Tabela 7 – empresariamento urbano e suas características

Características do empresariamento urbano	Quantidade	Porcentual
Exploração de vantagens para produção de bens e serviços	5	22%
Caracterizar a cidade em um lugar inovador, criativo, de lazer, consumo e vivência.	6	26%
Transformar a cidade em localidade de controle e funções de operações financeiras. (Governo, centralização e processamento).	7	30%
Assegurar a sobrevivência da cidade, através da captura e manutenção dos repasses do governo central.	5	22%
Total	23	100%

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve por finalidade investigar de que forma o empresariamento urbano influenciam o planejamento das políticas públicas para o desenvolvimento das cidades, dessa forma, os resultados apresentados demonstraram que no ano de 2019 foi o que mais se discutiu a respeito do empresariamento urbano e as políticas públicas, esse resultado pode estar relacionado a mudança de governo do ano de 2019, onde houve várias mudanças na forma de organização das cidades e de suas políticas públicas, aumentando a parceria público e privado e modificando a forma de governança das mesmas. Desse modo, pode ser observado uma preocupação por parte dos pesquisadores em dialogar sobre o assunto. Outro ponto importante que foi observado nesse trabalho é as palavras-chaves encontradas nos artigos, onde quase a metade dos artigos analisados dialogavam com empresariamento urbano e políticas-públicas, podendo essa tendência ser associada as mudanças que estão ocorrendo com maior frequência na forma de administração das cidades brasileiras, sendo perceptível o aumento das parcerias público e privado na organização da gestão das cidades.

Um dos resultados que podem ser considerados cruciais que demonstram a influência do empresariamento urbano nas políticas públicas é na tabela 5 que trata sobre empresariamento urbano e suas características, destacando-se assim o Aumento do desemprego oriundo da lógica da reestruturação da produção e parte da população excluída.

Desse modo, constatou-se uma forte preocupação por parte dos autores em pesquisar sobre a formulação das políticas públicas sobre a discursão do direito à cidade e as mudanças da

globalização no espaço urbano, nos levando ao entendimento que as implementações das políticas públicas, associados ao comportamento empresarial, trazem mudanças visíveis no espaço urbano, como a exclusão das classes menos favorecidas que compõem as cidades, aumento do desemprego e aumento do valor dos imóveis por metro quadrado, mais lugares verticalizados são construídos para um público específico de investidores de auto poder aquisitivo.

Conclui-se, que o empresariamento urbano influencia as políticas públicas no desenvolvimento das cidades, caracterizando as cidades como lugares de lazer, turismo, visitação, consumo e vivência, maquiando os reais interesses, assim, transformam as cidades em localidades de funções e operações, assegurando a sobrevivência da cidade ou de uma parte que compõe a cidade, a través de capturas e manutenções dos repasses do governo, firmando parceiras público-privado, modificam constantemente a imagem das cidades. O estudo do ponto de vista acadêmico contribui para uma melhor compreensão do comportamento do empresariamento urbano e das políticas públicas. Tal estudo também contribui com informes que ajudam o mercado a organizar melhor as estratégias de modo a atender as necessidades da população menos favorecidas.

6. LIMITAÇÕES E SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

Uma limitação da pesquisa é que possui um número pequeno de artigos analisados, sugere-se para pesquisas futuras a ampliação das palavras-chaves, para melhor abrangência do fenômeno estudado, visto que nesta pesquisa constatou-se que as palavras-chaves pesquisadas vinham em muitos artigos com nomes diferentes e sentidos iguais.

REFERÊNCIAS

- ALLIS, T. **Como As Cidades Contemporâneas Se Fazem Turísticas: Os Projetos Urbanos E O Patrimônio Cultural Urbano**, 2010.
- analíticas. **Revista Política & Sociedade**, v. 13, n. 28, set./dez. 2014.
- ARAÚJO, F. F. DE. A prática do empresariamento urbano na refuncionalização da zona portuária do município do rio de Janeiro – RJ. **SESSÃO. IV enanparq**, p. 1–18, 2016.
- BIONDO, Francisco Etelvino; SOARES, Paulo Henrique. **Apontamentos sobre o poder público municipal: a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Câmara Municipal**. Brasília, DF: Senado Federal, 2008.
- CAMPANHA, Alexssandro. Orçamento Participativo: contexto histórico, conceitos e fundamentos metodológicos. **Ciência & Desenvolvimento-Revista Eletrônica da FAINOR**, v. 9, n. 2, 2016.
- CARLOS, A. F. A. **A cidade: O homem e a cidade, a cidade e o cidadão, de quem é o solo urbano?** 9. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- CASTELLS, M.; BORJA, J. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos - CEBRAP**, v. 45, p. 152–166, 1996.
- CORRÊA, R. L. Espaço e simbolismo. In: CATRO, I. E. D.; GOMES, P. C. D. C.; CORRÊA, R. L. **Olhares Geográficos, modo de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil , 2012. p. 133-153.
- CRUZ, P. F. F. DS. Regeneração Urbana de Centros Históricos O Caso do Alentejo Litoral. **Dissertação de mestrado**, 2015.
- DE RESENDE, Antônio José Calhau. Autonomia municipal e lei orgânica. **Cadernos da Escola do Legislativo-e-ISSN: 2595-4539**, v. 10, n. 15, p. 7-42, 2019.
- FONTE, Felipe de Melo. **Políticas públicas e direitos fundamentais**. Saraiva Educação SA, 2017.
- HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debate**, n. 39, 1996.
- HENRIQUES, E. B. Acidade, Destino de Turistas. **Revista da Faculdade de Letras** , Porto, v. XIX, n. 1, p. 163-172, 2003.
- KÖRÖSSY, N. L. **A cidade e o turismo: um estudo sobre o papel da atividade turística no empresariamento urbano de Lyon (França)Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano**. Pernambuco, 2017.
- LIMA, G. F. A falta de planejamento urbano e políticas públicas : um estudo de caso do

bairro jacutinga , no município de Jataí-Goiás. **congresso internacional de historia**, 2016.

LOPES, Catarina; et al. O orçamento participativo roteiro para a sua compreensão teórica. **Ina**. Lisboa -Portugal, 2016.

LUCHMANN, L. H. H. 25 anos de orçamento participativo: algumas reflexões

MOURA, Adriana Maria Magalhães. **Governança ambiental no Brasil**: instituições, atores e políticas públicas. 2016.

MOURA, E. A. DA C. As Políticas Públicas Urbanas Brasileiras E a Gestão Democrática: O Controle Social Na Efetivação Do Direito À Cidade. **Revista de Direito da Cidade**, v. 8, n. 3, p. 1064–1095, 2016.

OLIVEIRA, J. A. P. DE. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 2, p. 273–287, 2006.

OTERO, E. V. Expansão Urbana no Interior Paulista: atividade imobiliária e política urbana no século XXI. **XVII enanpur**, São Paulo, p. 02-23, 2017.

RECHIA, S. Espaço e planejamento urbano na sociedade contemporânea: políticas públicas e a busca por uma marca identitária na cidade de Curitiba. **Movimento**, v. 11, n. 3, p. 49–66, 2005.

RODRIGUES, C. L.; ZIEGELMANN, P. K. **Metanálise: um guia prático**. HCPA, 2010. p. 436-447.

RODRIGUES, C. L.; ZIEGELMANN, P. K. METANÁLISE: UM GUIA PRÁTICO. **Revista HCPA**, v. 30, n. 4, p. 436–447, 2010.

SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó, Brasil. Argos, 2010.

SOUZA, Fábio Jacinto Barreto; SILVA Suylan Almeida Midlej. Orçamento participativo: mais qualidade da democracia?. **Organizações & Sociedade**, v. 24, n. 81, 2017.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: OTÍLIA ARANTES, CARLOS VAINER, E. M. (Ed.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis -RJ: Vozes, 2000. p. 1–192.